



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BELÉM, PARÁ, 20 DE OUTUBRO DE 1995

Senhor Governador do Estado do Pará e meu amigo, meu companheiro Dr. Almir Gabriel; Senhores ex-Governadores aqui presentes, Senador Jáder Barbalho; Senhor Senador Coutinho Jorge; Senhor Presidente do Tribunal de Justiça; Senhor Prefeito interino; Senhor Presidente da Assembléia; Senhores Deputados que aqui se encontram; Senhores Ministros; Altas autoridades civis e militares; Senhor Presidente da Caixa Econômica; Senhoras e Senhores,

De fato, para mim é uma satisfação poder vir pela segunda vez ao Pará e, desta vez, talvez um pouco mais respaldado por atos de governo que permitem entrever as possibilidades imensas de colaboração entre o Governo Federal e o Governo do Estado.

Disse o Governador Almir Gabriel, com a sensibilidade que o caracteriza e com o seu sentido social tão marcante, que, no caso específico desse grupo executivo para cuidar da questão da propriedade da terra, da questão fundiária, nós estamos tocando num tema central. E é verdadeiro isso.

Esse é um problema que é dramático em muitas áreas do Brasil, idem aqui no Pará. Eu tive a possibilidade, em épocas em que tinha maior liberdade para fazer o que queria, de andar embrenhado aí, no sul do Pará, fazendo pesquisa de campo. Escrevi um livro sobre a ocupação do sul do Pará e do Amazonas – mas basicamente do sul do Pará – e vi de perto muitos dos problemas que aqui são aflorados, em tese, por nós.

Sei das dificuldades que há quanto ao assentamento de populações, quanto ao litígio por propriedade e da impossibilidade, muitas vezes, da ação do Governador do Pará, em face dessa propriedade tão controversa. Não se sabe quem detém, efetivamente, a posse e o domínio dessas terras, a um ponto de chegar-se ao número – que aqui se mencionou – de 16%, apenas, do território estar efetivamente sob a jurisdição direta do Governo do Pará.

Não se trata de uma querela entre níveis de jurisdição. Trata-se de um processo, um problema prático que afeta comunidades indígenas, que afeta invasões, que afeta seringueiros, que afeta garimpeiros, que afeta proprietários de terra, que afeta propriedades da União, que afeta tudo.

Hoje, no avião, com o prazer que me deram os Deputados e os Senadores que me acompanharam – infelizmente, a viagem é curta, não dá para conversar muito, foram só três horas, e tivemos que revezar, porque a cabine do Presidente é apertada –, nós discutimos uma porção de questões relativas ao Pará.

E, como tenho feito com alguma freqüência, sempre que posso vou aos estados da Federação e converso com as pessoas que sabem das questões que lá existem. Não fosse a energia que tem este país, este povo, e a solidariedade do Congresso e dos Governadores, a gente quase desanimaria, tantos são os problemas. Há problemas por todos os lados. Mas, pelo menos, se tem o gosto de ver que esses problemas começam a ser enfrentados.

Tomemos como exemplo a Caixa Econômica, que há algum tempo não tinha condições de emprestar nada, estava insolvente, não podia nem publicar balanço – é assim, Presidente – nem publicar balanços, há alguns anos, porque estava falida. Pois bem, agora nós repusemos a Caixa Econômica. Esse “nós” somos nós mesmos, não sou eu, não. Para

repor a Caixa Econômica em condições de funcionamento foi preciso primeiro que houvesse uma renegociação imensa, que eu tive a honra de realizar como Ministro da Fazenda, com os Governadores – está aqui o Governador Jáder Barbalho, que sabe disso –, da dívida dos Estados, de tal maneira que houvesse um filete de recursos que voltasse a percorrer e irrigar o sistema financeiro e nós pudéssemos, então, começar a ter recursos para fazer saneamento básico, para repor as instituições em funcionamento, porque elas estavam rotas, não havia condições de funcionamento, ou o encanamento estava entupido ou as paredes já haviam ruído. Isso é assim em quase todas as áreas.

Mas o fato é que, também, em quase todas as áreas, o Brasil vai recuperando o tempo, que eu não diria perdido, mas um tempo em que não foi possível se fazer o que hoje é possível.

E isso dá um certo ânimo, porque, diante da imensidão de problemas, em vez de só lastimarmos a falta de recursos, começamos a prover recursos e a somar – iniciativa privada, Governo Federal, Governo Estadual, municípios – para que as questões possam ser, de forma apropriada, encaminhadas.

Falávamos no avião, também, sobre a questão dos assentamentos rurais, sobre o Incra, uma questão que me preocupa tanto e a todos nós. Não há outra solução senão a de uma cooperação estreita e convênios – como lembravam os Senadores – do Governo Estadual, Governos municipais, para que possamos, em conjunto, enfrentar essa tarefa. E não adianta mais falar só que não há recurso, porque a verdade verdadeira – desculpem o pleonasmo – é que há recursos. É que são mal aplicados, são mal distribuídos, se perdem no descaminho.

Ainda recentemente, com convicção do que faremos, frente a um grande problema nacional, que é a questão da educação primária, educação de base, eu mandei ao Congresso – não sem antes tê-la apresentado aos governadores todos, que apoiaram o projeto – uma emenda constitucional que vai permitir redistribuir recursos, de tal maneira que, com a mesma quantidade de recursos, haja maiores possibilidades, não só de haver um atendimento efetivo na escola primária, como de que o salário médio do professorado da escola primária possa atingir o

mesmo valor do custo do aluno por escola. E esse custo, de acordo com as normas que estamos enviando ao Congresso, deve ser da ordem de 300 reais.

Eu tenho repetido o que vou dizer agora: "Mas, meu Deus, fazer tanto esforço para pagar 300 reais em média?" Só que, em muitos estados, o professor primário recebe 20, 30, 40, 50 reais. E o gasto médio por aluno é de 80, 100 reais. Então, nós estamos triplicando, em certos casos, e, às vezes, quintuplicando os recursos.

É claro que a União vai ter que, para que esse compromisso seja mantido, adicionar a uma nova distribuição no fundo destinado à educação as verbas vinculadas – na qual 60% serão para a escola primária –, e mesmo assim não se atingem os 300 reais, sobretudo no Nordeste e no Norte. E a União, então, se compromete a complementar estes recursos.

Sei que o Ministro da Educação esteve aqui no Pará e firmou alguns convênios. Quer dizer, começamos a poder – de conta-gotas ainda, é verdade – alentar os Governos, sobretudo nas regiões que mais necessitam de investimento, dos meios para que eles possam enfrentar a problemática da sua região; e, sobretudo, para que possam mudar o modo concreto de vida da população.

Saneamento básico, esgoto, acesso à água, escola primária – essas são as questões fundamentais do Brasil. Mas nós não vamos resolvê-las se não tivermos também um grande impulso de crescimento econômico. Os senhores sabem, o Governador sabe, os Parlamentares sabem e os Ministros também que o Governo Federal se concentrou muito na questão da estabilização da moeda, do valor da moeda, no Real, no Plano Real, que aí está e que dá satisfação. Já são transcorridos 15 ou 16 meses, e a inflação continua, como continuará, sob controle. Isso foi condição necessária. Custou bastante, custou muito, muito sacrifício também da própria sociedade, mas hoje temos um horizonte de cálculo, podemos prever o que vai acontecer, não vivemos do sobressalto do "sabe lá se no fim do mês eu tenho dinheiro". Então, nós já começamos a ter condições para pensar nos investimentos.

Hoje, temos condições, Governador. Daqui a pouco vamos inaugurar uma indústria aqui no Pará, que não tem nada a ver com o Plano

Real, que já vinha de antes, mas que vai gerar emprego. Porém, o Presidente da República tem um compromisso com o Estado do Pará, e eu quero reafirmar esse compromisso. Nós não temos recursos ilimitados, mas temos já condições de dizer o que vamos poder fazer.

Alguns aqui me acompanharam na campanha eleitoral, o Coronel Aracides, me recordo; vejo nosso companheiro que foi candidato ao Senado; vejo os Deputados que estiveram juntos comigo. Bom, eu dizia que era necessário fazer a Santarém–Cuiabá. Pois bem, embora não esteja em mapa do PPA, os recursos estão previstos para a Cuiabá–Santarém. Ela será feita. Começa aqui por cima, por Santarém. Já há recursos, os Deputados sabem que estamos cuidando dos mecanismos necessários para que os recursos existam. Há outros compromissos, que não são meus, são do povo do Pará, porque eu aprendi aqui, aprendi vendo o rio Tapajós, o que acontecia, qual era a situação, o porto, em que é preciso mexer, a hidrovia, que é preciso fortificar. Temos um projeto – que deixo para mais tarde, para o futuro, digamos – de mais vulto, que poderá realmente mudar o Brasil, ligando-o de norte a sul.

Muito bem, não vamos falar do que ainda está como especulação. Mas falemos do que não é especulação. Eu vi tantas vezes que era preciso repor a Transamazônica em condições de funcionamento. Fizemos os convênios com as prefeituras. Estamos começando, portanto, a poder cumprir aquilo que dissemos, que era repor a Transamazônica em condições de funcionamento.

Mas havia aqui – e ainda há – uma angústia imensa, porque passa um linhão poderoso de energia elétrica, e a cidade não tem luz. Hoje, no avião, de novo, o Ministro reafirmou – porque o Presidente não entende quase nada dessas coisas – a mim e a todos os Parlamentares, que nós vamos, no ano que vem, realmente começar-la, que essa linha oeste vai ser feita. Há recursos previstos, do próprio Sistema Eletrobrás, e haverá necessidade de o estado buscar mecanismos, porque uma parte é do estado. Buscaremos os mecanismos em conjunto, de financiamento, com os avais, etc., porque o Estado do Pará fez um ajuste, no Governo anterior; então, tem condições de avançar nessa direção. Vamos avançar nessa direção.

Na Amazônia inteira há um problema de energia. Não se resolve só com a União. Há uma parte que vai precisar do gás do Urucu. Vai ser aproveitado o gás do Urucu. Na Petrobras isso já está em fase adiantada, e nós vamos atuar duramente, para obter os recursos. Não vai ser nem tão duramente, porque haverá recursos para isso que não serão nossos, sequer. Em termos de *joint ventures*, nós vamos conseguir usar, também, o gás do Urucu. Há algum recurso para as Docas. É muito complicada essa questão para o próprio Presidente. Mas há.

Enfim, nós não temos recursos para fazer muita coisa. Porém alguns projetos estruturais, que permitam reorganizar a economia, que eventualmente podem não terminar no meu Governo – não importa –, mas darão ao Estado o impulso necessário para ele continuar crescendo, vão ser feitos.

Eu não posso me comprometer com muita coisa, porque não vai haver recursos. Nem adianta. Acho que o espírito bom é o espírito novo, com que os próprios Parlamentares se unem com o Governador, independentemente da cor partidária. Nós não estamos numa fase em que devemos estar nos separando uns dos outros. Estamos numa fase de estar nos unindo uns aos outros para resolver os problemas do Brasil no que for necessário. Quando vier a eleição, vocês brigam. Estarei olhando.

De qualquer maneira, o importante é sentir que é preciso selecionar aqueles projetos que são fundamentais – e esses que são fundamentais, fazê-los. Esse é o espírito do Governador, esse é o espírito com o qual eu venho aqui ao Pará. Tenho certeza de que esse é o espírito de todos os que estão aqui, dos que me acompanharam, do Governador. E, com esse espírito, nós vamos, realmente, resolvendo questões, muitas das quais estão aí sendo postergadas há muitos e muitos anos.

Tenho a alegria de poder dizer-lhes que, realmente, estamos vivendo um novo momento do Brasil. E às vezes a gente percebe esse momento mais lá fora do que aqui dentro, pelo modo com que lá fora o Brasil é hoje tratado e respeitado, porque percebem que este país, que sempre foi um país de grande potencialidade, já não é mais de potencialidade: é de realização.

Dá trabalho? Dá trabalho. É difícil? É difícil. Olho para o Deputado e me recordo com ele da dificuldade de resolver uma das mais difíceis

questões, que era o financiamento agrícola, a dívida dos agricultores. Eu disse, no Paraná, creio que foi em Maringá, que ia acabar com a TR. Fui aplaudido – todo mundo aplaude, é claro, dizer que vai acabar com a TR. Levei dez meses, mas acabei com a TR. Acabei com a TR. Eu disse que ia abaixar o juro. Um juro de 3% para financiamento e um juro de custeio de 16% equivalem a zero, equivalem à inflação.

Nós fizemos o que dissemos que íamos fazer, estamos fazendo as coisas que são necessárias – sem mencionar, mas mencionando, o que mais me aflige, como aflige o Governador, que é a questão social: é o trabalho chamado escravo, é a prostituição infantil, é o desrespeito aos direitos humanos, é a falta de emprego. Nós temos que enfrentar isso tudo, e, a primeira condição para enfrentar é não negar a realidade. E o próprio Presidente tem que ser o primeiro a dizer: “É verdade. Não estou de acordo, e também não tenho nem meios para combater.” Mas acho que juntos combateremos essas distorções que ainda atazanam a consciência dos brasileiros. Porque esse é o espírito que acredito que esteja aí a me motivar. Tenho muita fé, muita confiança. Acho que essa região amazônica, esse pedaço que é o mais povoado dela, que é o Pará, tem seu rumo também. Vai levar mais tempo, menos tempo, mas já tem rumo.

E, se continuarmos com este espírito de união, de crença nas possibilidades da região e do País, vamos resolver paulatinamente. Mas esse paulatino não pode ser muito devagar. Vamos resolver as questões que aí estão.

O Pará tem sorte, porque o Governador Almir Gabriel está trabalhando com afinco, o que talvez seja uma demonstração de que ele está realmente empenhado em que o Pará possa realmente receber aquilo que lhe é devido, a consideração que lhe é devida, os recursos que são possíveis e que lhe são devidos.

Nós não devemos nos esquecer também de um grande projeto de que precisamos, que é o Sivam, para a gente ter um controle da região, por muitas razões, sobretudo a questão do tráfego aéreo e, mais adiante, a questão do narcotráfico. E esse também é um projeto que vai beneficiar a região.

Então, Governador, eu já falei demais, hoje nós temos que viajar ainda, eu vou anoitecer em Nova Iorque, quero poupar um pouquinho a paciência dos senhores, que já foi tão grande, de falar mais ainda, e poupar um pouco a minha garganta. Mas quero dizer que, se eu pudesse, tivesse tempo, passaria a tarde conversando sobre o Pará, porque assim ficaria ainda mais enfronhado sobre os problemas e mais motivado para, juntos, tentarmos, e conseguirmos, resolvê-los.

Muito obrigado.